

*As greves dos trabalhadores blumenauenses: expressão da consciência econômico-corporativa e um caminho à individualização da classe **

A Colônia blumenauense possuía, em sua fase inicial, uma economia com bases na agricultura de subsistência, com mão-de-obra familiar, no dizer de Florestan Fernandes, de cooperação doméstica (FERNANDES, 1975:133). Mas a agricultura passa a não ser a única atividade econômica. O comércio vai se ampliando paralelamente ao aumento da produção interna. Os chamados vendeiros, que não se dedicam ao trabalho no campo, tiveram função importante no desenvolvimento da Colônia, sendo os responsáveis pela importação e exportação de mercadorias. Também vieram a orientar os próprios colonos na aplicação das reservas monetárias.

Comerciantes e colonos, chegados em torno de 1880, começam a dedicar-se à atividade capitalista e a montar, aqui, suas lojas de comércio e fábricas. "Os empresários eram comerciantes que acumularam capital a partir do comércio de produtos agrícolas da região" (SEYFERTH, 1987:104). As primeiras fábricas dedicaram-se ao ramo alimentício, mas, aos poucos, foram suplantadas pelas que se dedicavam à produção têxtil.

A produção era, inicialmente, resultado da mão-de-obra familiar, ou seja, divisão natural do trabalho. O aumento do mercado consumidor, para além da localidade, exige, contudo, maior produção, ampliando o número de pessoal a trabalhar na fábrica, passando, então, à divisão voluntária do trabalho. Esta divisão que não é "...causada pela própria ação do homem se transforma para ele em força estranha, que a ele se opõe e o subjuga, ao invés de ser por ele dominada...." (MARX, 1989:29). Assim, os colonos que não possuíam um próspero comércio e uma produção agrícola suficiente para a subsistência familiar, em consequência da diminuição da terra da qual eram proprietário - diminuição proveniente da divisão nos processos de herança e vendas

Vilma Margarete Simão**

* O presente trabalho é uma síntese parcial da Dissertação, intitulada: Blumenau: Da indiferenciação Étnica à Diferenciação de Classe, orientada por Aldaíza Sposati, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em março de 1995.

** Especialista em Educação Popular. Mestre em Serviço Social/ PUC - São Paulo, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau.

em épocas de produção insuficiente para pagamento de dívidas contraídas para o plantio -, tornam-se operários e se submetem a esta atividade, mantendo, porém, suas atividades rurais, por eles dominadas.

"...O trabalho do campo e o da fábrica se articulavam e o 'lavrador-operário' completava os salários da fábrica com os seus rendimentos do trabalho da lavoura" (SEYFERTH, 1987:105).

Esta dupla condição levava à não-identificação dos operários enquanto tais, pois na condição de colonos não se apresentavam nas condições de classe trabalhadora, eram proprietários. A não-consciência de sua condição de classe era reforçada pela identidade étnica com seus patrões que possuíam atitudes fordista. Exemplo disto foi a postura de Bruno Hering que era, ele mesmo, o "... responsável pela parte social da empresa, tentou dar, além da assistência material, apoio moral e espiritual aos seus colaboradores e, com essa finalidade, criou uma biblioteca. Verificando que a frequência era pouca, passou ele mesmo a ler textos à noite aos operários, na sala de refeições da fábrica..." (HERING, 1987:102). Além disso, cuidavam dos problemas de moradia, alimentação, saúde, etc. A mais-valia, no plano ideológico, não existia, para aqueles operários. "Realçavam-se as relações próximas, primárias, e a organização social, peculiar a região, se mantinha tradicional, apesar das transformações estruturais, pelas quais lentamente vão passando a economia agrária em direção à economia industrial capitalista" (CASTRO, 1992:84).

Misturavam-se salário e solidariedade nas relações de etnia. Os colonos-operários, trabalhavam nas fábricas, mas ainda consideravam

sua principal atividade a agricultura. "A ligação com a terra, assim, é o elemento definidor do colono-operário, enquanto categoria social diferente do operário. A propriedade da terra garante a manutenção da condição camponesa, mesmo que um ou mais membros da família sejam operários" (SEYFERTH, 1987:119). O colono buscava emprego quando perdia uma colheita, com dívida contraída sem poder saldar ou quando ocorria a partilha da pequena propriedade com a morte dos chefes da família. Com isso a renda familiar era complementada com os salários.

Essa condição do operário na primeira fase de industrialização mesclando relações de solidariedade resultante da identidade étnica, contribuiu para a falta de identidade coletiva e consciência da contradição de classes nas relações sociais e políticas, levando à não-existência de movimentos próprios dos trabalhadores.

Com o avanço da produção capitalista e o aumento da imigração para Blumenau, da população de municípios vizinhos e litorâneos, a composição do operariado e dos trabalhadores em geral, vai se tornando, culturalmente, mais heterogênea e a condição de colono-operário vai se alterando pela baixa produção agrícola. Os salários, que inicialmente eram considerados suplemento de renda, passam a ser muito mais importantes para a sobrevivência do que a renda obtida na lavoura. Assim, começam a surgir movimentos próprios da classe trabalhadora, que os levavam a fixar-se na defesa dos interesses econômicos da própria categoria

profissional. São estes movimentos, todavia, a base para a construção da solidariedade de interesses de classe e destes para a participação na administração pública e, finalmente, o fortalecimento de um partido que possa representar os interesses históricos da classe trabalhadora.

Movimentos de Greve dos Trabalhadores de Blumenau

Os industriais blumenauenses organizaram a sociedade civil local, criando instituições para a melhoria das condições materiais que lhes possibilitassem um maior acúmulo de capital, como foi o caso da fundação da empresa de força e luz, da estrada de ferro, linha telefônica e outros. Chegaram até a solicializar com os operários ações da empresa força e luz para defender seus interesses já que continuavam mantendo relações autoritárias com seus empregados. A postura diante das greves será de uso da força repressiva e do próprio capital.

No final dos anos de 1920, houve um pequeno movimento de greve de expressão na cidade. No entanto, esta atingiu apenas uma das fábricas já existentes, a empresa Garcia³ que se situava num bairro de maior contingente populacional de origem nativa, ou seja, imigrantes de Itajaí, Tijucas e outros.

A empresa Garcia, que sempre esteve envolvida nos movimentos de greve, possuía em seu quadro funcional um número significativo de trabalhadores que não eram de descendência alemã. Também assumiu a representação no Executivo local, em 1966, o proprietário da Artex S.A., que encampou a empresa Garcia, o que mostra o peso político que representam nas forças locais. A

única empresa têxtil que, ao longo da história, registrará somente uma greve, esta em 1989, é a Cia Hering que, ao mesmo tempo, foi a mais presente na vida pública da cidade, pois elegeu, repetidas vezes, representantes para o Legislativo e o Executivo Locais. Além disso, quase sempre os empregados desta empresa assumiram a direção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis de Blumenau. Ocorria, portanto, o claro monopólio do poder do Estado local nas mãos destes dirigentes empresariais.

No ano em que é fundada a primeira instituição de crédito na região, 1907, o Sindicato Agrícola do município de Blumenau, são realizadas as primeiras greves de trabalhadores: a dos estivadores da Cia Fluvial de Navegação e dos funcionários que trabalhavam na construção da Estrada de Ferro de Santa Catarina (E.F.S.C.). No entanto, esta greve de luta por melhores salários, em que a maioria era de cor negra, foi solucionada através de demissões, acontecendo o mesmo com os trabalhadores da Companhia Fluvial.

A terceira greve ocorreu em fevereiro de 1912. Os cocheiros de Blumenau declararam-se em greve por não quererem pagar a licença policial que passaram a lhes exigir. Blumenau ficou, durante 15 dias, sem seus carros de mola. Não há registro do desfecho desse movimento. O movimento não estava numa relação com patrão e sim com Estado. O mesmo vai acontecer com a greve de 13 de março de 1918, quando os operários das oficinas da E.F.S.C. se declararam em greve por ter o governo encampado a estrada. Não há maiores registros que possibilitem o conhecimento das razões da greve, podendo esta ter sido desencadeada para preser-

var o vínculo empregatício e pleitear melhorias salariais. A greve durou até 06 de abril de 1918.

Em 1920, ano de grandes movimentos grevistas no Brasil, Blumenau integrava-se a esse movimento. Em 08 de junho de 1920 deu-se início à greve dos trabalhadores da Empresa Garcia, na luta por melhores salários. O desfecho final deste movimento se diferencia de todos os demais, pois como resultado não se tem apenas demissões dos integrantes, mas também a expulsão do território nacional de dois alemães: Fritz Koch e Georg Steruck, considerados anarquistas e portanto perigosos à cidade e ameaça ao capital. A imprensa do município se dividiu. O Jornal do Brasil e "Der Urwaldsbote" publicam elogios à atitude tomada pelas "...autoridades locais no interesse da família blumenauense, da população ordeira e trabalhadora deste município e da integridade nacional" (Jornal BRASIL). Manifestavam, também, intolerância a ideologias comunistas, assim dizendo: "Tanto quanto sabemos são os primeiros alemães que são expulsos do território nacional por atitudes socialistas ou bolchevistas (...), já constatamos anteriormente que o marxismo e anarquismo, se dão muito bem" ("Der Urwaldsbote", 27/07/20). Sobre a expulsão dos dois anarquistas, o Jornal "Blumenau Zeitung", que defendia a causa dos republicanos, divulgou um manifesto do deputado Celso Bayma que dizia que os operários Koch e Sterneck, desenvolveram, em Blumenau uma atividade instigadora, que levou à greve os operários da fábrica Garcia. Bayma cita as testemunhas argüídas pela polícia. Entre elas, o redator do jornal "Der

Urwaldsbote" e um diretor comercial confirmaram que o "Urwaldsbote", jornal que defendia as causas do pangermanismo⁴ e nesse momento se pronunciava contra os anarquistas, divulgara a pretensão dos dois operários expulsos em destruir a usina elétrica do Salto. O "Blumenau Zeitung" publica a versão dos operários que se diziam inocentes. O jornal os colocava como lamentáveis mártires dos pangermanistas perseguidos nas pessoas de Koehler e Franquet ("Der Urwaldsbote", 3/09/1920:02).

Na cidade, porém, houve polêmica em consequência de tal ato, aqueles que compartilhassem da mesma posição ideológica dos expulsos, defendendo-os, mesmo que sem força para evitar que fossem deportados do Brasil, representavam perigo para o capital, dado o eco da Revolução Russa - 1917 - que ressonava em todo o mundo. Estavam as classes hegemônicas do mundo capitalista a combater a proposta socialista, através da desarticulação dos movimentos dos trabalhadores e com fortes propagandas anticomunistas.

No ano de 1920, de acordo com o Censo do ferido ano, de 72.213 habitantes, 28.530 constituíam a população ativa de Blumenau. Destes, 82% trabalhavam na agricultura, 5% nos principais ramos da indústria, 4% no serviço doméstico e 2,3% no comércio, mostrando que a economia ainda era predominantemente agrícola. Dos recursos os que ocupavam maior número de pessoas, destacavam-se: vestuários - 453 operários; edificação - 300 operários; metalurgia - 267 operários; mobiliário - 188 operários; alimentação - 108 operários; madeiras - 61 operários; têxtil - 55

operários, etc (SINGER, 1968:124-125).

É um parque industrial ainda modesto, no entanto, nada desprezível, pois o Brasil, em 1920, era um país pouco industrializado. Por outro lado, sendo a agricultura predominante no município, a vida urbana era pouco desenvolvida e as contradições sociais ainda pouco percebidas, fazendo com que a população ficasse pouco solidária ao movimento de greve. Além do que os alemães Fritz Koch e Georg Steruck foram acusados de pretender a destruição da Usina Elétrica, atingindo os interesses de toda a população. Mas o que estava por trás de toda esta aparente defesa dos interesses da comunidade, era uma profunda luta política entre pangermanistas e antipangermanistas, pois entre eles estariam os tais operários anarquistas que se tornavam perigosos por sua capacidade de liderança e organização dos trabalhadores. Isto tudo mostra quanto os poderes econômico e político estavam organicamente vinculados aos interesses do capital e o pangermanismo, uma organização que visava ao pleno desenvolvimento do capitalismo, ambos, político e econômico, estavam em perfeita articulação e tudo faziam para mantê-la.

Além da luta política entre pangermanistas (alemães tradicionais) e antipangermanistas, cuja razão de ser era a concepção de Estado e nacionalidade permeada pela questão da etnia, Blumenau começa a baixar a importação per capita ao eclodir da 1ª Grande Guerra. Dois fenômenos "...exógenos à economia de Blumenau se fizeram sentir sucessivamente: a enchente que acarretou um influxo de bens sem

contrapartida (donativos) e a Guerra Mundial, que forçou a redução drástica das importações do exterior. A redução das importações globais de Blumenau, devido à guerra significa que estas importações eram predominantemente do exterior..." (SINGER, 1968:122). Estes fenômenos, sem dúvida, interferiram na qualidade de vida da população e da classe trabalhadora, que se vê sem condições de manter sua sobrevivência com o salário que vinha recebendo.

Ainda neste período ocorre outra greve, embora sem maior repercussão no município. O fato, porém, nos mostra que as contradições iam se tornando cada vez mais emergentes. Em 1921, os condutores de carro de mola, durante dez dias ficaram paralisados motivados pelo preço da carteira de habilitação que passou a ser exigida. Não existem registros que possibilitem o conhecimento do desfecho do movimento.

Apesar de Blumenau ter vivido no decorrer da segunda guerra mundial seu ápice econômico, politicamente viverá períodos de grande instabilidade e de grande interferência da política do governo central, com a política de nacionalização, que leva ao fechamento de jornais, escritos na língua alemã, alteração de nome de ruas, afastamento dos imigrantes da administração municipal e de suas próprias indústrias, organizações políticas e outros.

Passada a Guerra, a indústria têxtil brasileira perdeu seus mercados externos e entrou num período de crise e os movimentos dos operários retomam sua força nos anos 40 e em 1950.

Greve de 1950 - mais um Movimento que Nasce "Espontaneamente"

Em 1950 é deflagrada, a maior greve da história de Blumenau. O movimento de paralisação permaneceu durante 29 dias. As fábricas que paralisaram foram: Gases Medicinais Cremer S.A., Chapéus Nelsa, Algotex, Gráfica Catarinense e Empresa Garcia, todos reivindicavam aumento de salários. O movimento, espontaneamente, sem a direção do Sindicato, é iniciado pela Empresa Industrial Garcia. O Sindicato não apoiou o movimento de greve, por considerá-la violenta e de más maneiras, conforme à posição do Presidente, expressa em entrevista: "eu era contra a greve, sempre fui. E dizia sempre para os operários que com boas maneiras se consegue muito mais, do que com esta violência que vocês estão fazendo..." (DIAS, 1985: 99). Na verdade, a direção do Sindicato, que além de atrelada ao Estado era cooptado pelo empresariado, já não atendia aos interesses dos donos do capital, por não agirem de forma que as greves fossem evitadas. Não estava este sujeito político coletivo contribuindo para a imposição dos interesses do empresariado, sem a existência de conflitos entre capital e trabalho. Por isso, a direção do Sindicato sofrerá alteração (leia-se, SIMÃO, 1995).

O movimento de greve foi decretado ilegal, reafirmando a abolição do direito de greve no ano de 1946 pelo Presidente Dutra. Raul Caldas, Delegado do Ministério do Trabalho em Santa Catarina, veio a Blumenau objetivando a conciliação dos interesses das classes e para solicitar aos trabalhadores que retornassem ao local de trabalho, para dar continuidade às negocia-

ções, porém, sem êxito. Os diretores da Empresa Industrial Garcia (maior empresa em greve, 1200 operários) "...condicionaram qualquer atendimento ao afastamento dos empregados do local, devendo os mesmos se dirigir para suas residências, embora continuassem em greve" (A NAÇÃO, 18/02/1950). No entanto, os operários não aceitaram essa imposição e permaneceram junto aos portões da fábrica, demonstrando sua força e organização. Essa atitude dos trabalhadores levou o juiz de direito da comarca de Blumenau, Oscar Leitão, a caracterizar o movimento de caráter não-pacífico e de cunho subversivo. "As greves, de acordo com a CLT e do Decreto 9070 da constituição, foram sempre consideradas subversivas e por isso sempre combatidas, empregando-se desde cacetetes aos tanques e tropas regulares" (DIAS, 1985:102). Os empresários de Blumenau, por sua vez, não diferindo desta prática, não tardaram em lançar "mão" dos aparelhos repressivos, objetivando a defesa dos interesses da classe. É o que nos mostra a reportagem de Jornal A NAÇÃO (19/02/1950):

"À meia-noite, os choques policiais rumaram para o local, atacando os grevistas com bombas de gás lacrimogêneo, ao mesmo tempo que disparavam tiros de metralhadoras e fuzis para o ar. Não conseguiram, porém, abrir os portões, pois a eles se agarravam desesperadamente os grevistas embora cegados momentaneamente pelo gás. (...) Não se registrou qualquer reação contra os policiais muito embora os operários se agarrassem aos portões impedindo que fossem abertos..."

Não obstante toda a campanha contra a greve feita na imprensa, a pressão dos empresários e a repressão policial, para que os trabalhadores retornassem às atividades, o movimento prosseguiu. Mas, para a continuidade do movimento, era necessário que atitudes fossem tomadas no sentido de possibilitar a manutenção do mesmo. Para tanto no 13º dia de greve, os operários, sem perspectiva de solução para suas reivindicações, organizaram uma campanha de alimentos em nível local e estadual. Esta campanha recebeu o apoio do líder petebista local, Octacílio Nascimento, e de Saulo Ramos, Deputado Estadual do PTB (DIAS, 1985:105).

O domínio econômico manifesto pelo uso da repressão continuou, levando os trabalhadores a cederem às pressões. Com a virada do mês, o movimento começou a declinar. Os trabalhadores da Algotex voltaram ao trabalho, cedendo às exigências das autoridades. O fato que mais contribuiu para o retorno foram as notícias sobre as demissões de ex-grevistas da Fábrica de Chapéus Nelsa, divulgadas no Jornal A NAÇÃO (10/03/1950: 01): "Nada menos de doze operários que participavam da greve na Fábrica de Chapéus Nelsa, foram sumariamente despedidos, sendo que outros, que já haviam adquirido estabilidade foram suspensos por alguns dias do serviço".

Diante do quadro conjuntural local, os trabalhadores decidem retornar às atividades. No entanto, por intermédio do Ministério do trabalho, condicionam o retorno à garantia de que os empresários não adotariam represálias contra os integrantes do movimento. Contudo, após o retorno dos trabalhadores às

suas atividades, o delegado especial da Polícia abriu inquérito para apurar os responsáveis pelo movimento. Conseqüentemente, começaram as demissões nas fábricas, como podemos observar no artigo do jornal, A FOLHA, 15 de março de 1950. Nesta reportagem há, também, manifestações do interesse da comunidade no atendimento às reivindicações para evitar novas greves que prejudicassem a economia do município. "...Espera-se que o entendimento entre patrões e empregados que forem feitos nesse sentido, sejam levados a bom termo a fim de evitar a repetição do movimento grevista ora findo, cujas conseqüências repercutiam profundamente em nossa economia..." Esta preocupação existia por ter a greve adesão total dos trabalhadores, e num período longo. A cidade paralisou. Além disso, a imprensa dizia que essas reações eram previsíveis e evitáveis, através do entendimento entre trabalhadores e empresários, sem o uso da greve, que lhes era assegurado pela legislação social. Mas, se os trabalhadores, que tinham seus salários achatados, entravam em greve, era porque seus direitos não estavam sendo respeitados e nem defendidos pela entidade de representação profissional cooptado pelo empresário. Sem uma direção sindical atuante, sem organicidade⁵ na defesa dos interesses da classe, os operários, espontaneamente, organizavam o movimento de reivindicação por melhores salários, mas mesmo num movimento que nasce espontaneamente vão surgindo sujeitos, do próprio movimento, que passam a dar direção. No entanto, com o término da greve, os trabalhadores perdem seus dirigentes que surgiram com o movimento e

mantiveram a organicidade defendendo os interesses da classe. Os empresários os demitem por não conseguir cooptá-los, como mostra o artigo do Jornal A NAÇÃO.

"... nas diversas indústrias em que se verificam as greves, os seus diretores pretendem fazer, antes de tudo, um expurgo entre seus operários, demitindo os que encabeçaram o movimento paralista. Trata-se de uma medida que se justificaria em casos isolados de insubordinação, porém não recomendável na presente conjuntura, onde o movimento teve a participação e o apoio da totalidade do operariado" . (A FOLHA, 15/03/1950).

No decorrer dos anos da década de 50 árbitros da Liga Blumenauense de Futebol entram em greve no mês de setembro, reivindicando aumento nas taxas de arbitragem. A última da década foi realizada, em 1959, pelos motoristas de transportes de madeira, o que mostra que o movimento dos trabalhadores não se restringe aos do setor têxtil, apesar do ramo ser o de predominância no município.

13 de março de 1989 - O Dia em que Blumenau Parou

Em 1988, dá-se início à alteração da direção no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau pela organização de uma chapa de oposição que concorreria às eleições do Sindicato. Os dirigentes que até então conseguiram manter-se à frente da entidade de representação profissional dos têxteis, foram apoiados pelo empresariado que tudo fez para a manutenção de dirigentes que defendessem os interesses do patronato, desde a não

divulgação do edital de convocação das eleições, a atos mais repressivos, como demissão de lideranças que iam emergindo. No entanto, não conseguiram conter a organização dos trabalhadores que se articulavam e se mantinham longe do controle do empresário, além do descontentamento latente nos operários que tinham, cada vez mais, seus salários diminuídos com a inflação; excesso de trabalho com a implantação do terceiro turno, que além de tudo dificultava o encontro familiar, pois os dias de descanso não mais seriam comuns a todos os trabalhadores. O Sindicato nada fazia para alterar a situação de diminuição exorbitante do poder aquisitivo, tanto assim que a oposição assumiu a direção do Sindicato e os trabalhadores deflagraram greve da categoria.

O surgimento da oposição sindical provocou a reação dos empresários, que perseguiram, segundo Krzizanowski, os integrantes da chapa com o intuito de impedir, de inviabilizar o seu registro. Uma destas medidas foi a demissão sumária de uma mulher integrante da chapa, doze dias antes do registro desta. No entanto, a chapa contornou o problema e obteve seu registro. Como última tentativa, na noite que antecedeu as eleições, foi distribuído um panfleto, como sendo da chapa oposicionista, com propostas de defesa do horário de trabalho no período das 22 horas de sexta-feira às 9 horas de sábado para o terceiro turno, o que era amplamente repudiado pelos trabalhadores. Entretanto, a chapa de oposição conseguiu sua vitória nas eleições de 14 de dezembro de 1988, com a proposta de construção de um sindicalismo autônomo, combativo e de classe

(KRZIZANOWSKI, 1992:49).

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, o maior sindicato de Blumenau, com aproximadamente 30 mil associados na região⁶ de Blumenau, possui poder de influência na sociedade local. Blumenau vive, depois de muitos anos, movimento de greve dos trabalhadores. Os blumenauenses contagiam-se com a paralisação no início do ano de 1989. As assembleias são realizadas na rua principal, no centro da cidade, com a participação maciça dos trabalhadores que vinham a pé até o centro, pois também o transporte coletivo paralisou suas atividades.

Com tantos planos econômicos, ao longo da história brasileira, a classe trabalhadora tinha, e continua tendo, seus salários archoados. E, em 1989, mais um plano elaborado pelo governo federal, era imposto: o "Plano Verão". Para se manifestarem contra mais um arrocho conseqüente da defasagem salarial deste plano, as Centrais Sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT) mobilizaram os trabalhadores para uma Greve Geral em março de 1989. Visando a mobilização dos trabalhadores para a Greve Geral marcada para os dias 14 e 15 de março, é organizado pelas centrais sindicais, no dia 1º de março, o "Dia Nacional de Mobilização Pela Greve Geral", acontecendo grandes manifestações: passeatas; planfletagem em portas de fábricas, ponto de ônibus e nas ruas de o todo país como atos de repúdio ao "Plano Verão". Esta mobilização prossegue e os dias que antecederam a greve também foram marcados por passeatas, assembleias, greves de alguns setores, etc. Todo esse movimento ia conscientizando os trabalhadores para que, então, nos

dias 14 e 15 de março, a greve tivesse ampla adesão, com força para pressionar o governo no sentido de atender às reivindicações dos trabalhadores encaminhadas pelas Centrais Sindicais: recuperação imediata das perdas salariais acumuladas desde o Plano Cruzado, calculada pelo DIEESE em 41% a 49% (conforme categoria profissional) em relação à média de março de 1986; congelamento real dos preços; medidas contra a recessão e o desemprego; execução da reforma agrária e formulação de uma política agrícola de interesse dos trabalhadores; não pagamento da dívida externa defendida pela CUT, suspensão temporária do pagamento da dívida externa defendida pela CGT.

É nesta conjuntura, em 1989, que é deflagrada a greve dos trabalhadores têxteis de Blumenau, que se estende a todos os trabalhadores da cidade.

Os 21 Sindicatos⁷ do Vale Itajaí, com sede em Blumenau, no dia 1º de março - Dia Nacional de Mobilização pela Greve Geral, organizaram uma manifestação no Centro da cidade, nas escadarias da Igreja Matriz de São Paulo Após-tolo, com a participação de, aproximadamente, dois mil trabalhadores, número irrelevante para uma cidade industrializada. No entanto, faltando três dias para o início da Greve Geral em nível nacional, começa a se alterar o quadro que indicava desmobilização local. Greves isoladas começaram a emergir no principal ramo industrial de Blumenau: têxteis. Mais uma vez o movimento de paralisação se iniciou de forma espontânea, mas logo a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis assume a

direção do movimento de greve da categoria.

A Tecelagem Kuenrich, TEKA S.A., foi a primeira empresa em que os operários paralisaram suas atividades, acontecendo logo após o recebimento do contracheque de fevereiro e no dia seguinte se estendendo para as empresas: Sul Fabril, Cremer, Majú, Hering e outras. "O motivo determinante dessas paralisações era o arrocho salarial que havia corroído o poder aquisitivo dos trabalhadores, fazendo com que grande maioria não pudessem cobrir nem os gastos com a cooperativa" (KRZIZANOWSKI, 1992:81). Nesse sentido, os trabalhadores estavam sem as mínimas condições de manterem a sua sobrevivência. Com a cidade vivendo um clima de greve e com a vitória da oposição no Sindicato, os trabalhadores têxteis facilmente se mobilizariam na defesa de seus interesses primários, comer e morar, não garantidos pelo salário que estavam recebendo, ou seja, nenhum, pois o salário não era suficiente, sequer, para saldarem as dívidas contraídas nas cooperativas de consumo mantidas pela fábrica.

Motivados por estes movimentos, os dirigentes sindicais de Blumenau, em assembléia Intersindical, no dia 12 de março, decidem antecipar a Greve Geral, chamada pelas Centrais Sindicais em nível nacional. E no dia 13 de março de 1989 "...70% do comércio estava de portas fechadas. As indústrias têxteis, maior empregadora de mão-de-obra, viu 90% dos empregados de braços cruzados. As escolas paralisaram: 50 mil alunos da rede municipal, estadual e a Universidade (FURB) ficaram sem aulas. Dos 43 bancos somente alguns abriram

precariamente..." (KRZIZANOWSKI, 1992:81). Também entram em greve os motoristas e cobradores, por tempo indeterminado, paralisando o transporte coletivo. Os trabalhadores da indústria metalúrgica, das fábricas de brinquedos, Cristais e da Construção Civil também entraram em greve. Eram os trabalhadores de Blumenau retomando seu próprio movimento na defesa de seus interesses, mas com uma diferença, neste ano de 1989 a cidade de Blumenau paralisou suas atividades e todos os trabalhadores, que não apenas os têxteis, se movimentaram em luta pelos seus interesses.

A Greve Geral de Blumenau termina no segundo dia da Greve Geral chamada pelas Centrais Sindicais: CUT e CGT. No dia 15 de março, pelo acordo feito com os sindicatos patronais e empresas isoladas, 50% dos trabalhadores voltam às atividades, também voltando a funcionar o transporte coletivo, dando a impressão que a cidade voltava à vida cotidiana. No entanto, continuam em greve os trabalhadores têxteis e os metalúrgicos.

Os proprietários das empresas, cujos trabalhadores continuavam em greve, não assistiam ao movimento sem se utilizarem dos aparelhos "privados" de hegemonia. Através da imprensa escrita e falada tentavam reforçar o senso comum de que o trabalhador de Blumenau é ordeiro e pacífico,

"...através de veiculação de comercial na televisão, onde uma criança vestida de preto e branco corria por um jardim e uma voz ao fundo clamava pelo espírito ordeiro e trabalhador do povo blumenauense, que es-

tava sendo ameaçada por agitadores profissionais que queriam quebrar a paz e harmonia reinante nas empresas da cidade”, nota distribuída aos jornais da cidade dizendo: ‘O trabalhador blumenauense construiu uma cidade com um dos melhores padrões de vida do Brasil, e isto foi conseguido pelo trabalho e não à custa de greves’...” (KRZIZANOWSKI, 1992:86).

Como a classe patronal não conseguia organizar o consenso, passou a se utilizar da repressão policial. Através desta, impediam a formação de piquetes e garantiam o acesso dos que continuavam a trabalhar. “...Houve inclusive momento de tensão e confronto entre grevistas e policiais, resultando em prisões e agressões. (...) Alguns desses operários detidos apresentavam marcas de violência policial, com golpes de cassetete, chutes e socos pelo corpo” (KRZIZANOWSKI, 1992:86). Também ameaçaram com admissão de novos operários para ocupar as vagas dos que continuavam em greve e no dia 16 de março, em nota nos jornais da cidade, o Sindicato patronal avisava que fariam cadastramento geral. Outra tentativa de reprimir o movimento foi a publicação de uma nota, na rede de televisão local, que dizia:

“A você, que pensa em não voltar ao trabalho nesta segunda-feira:

*PERDERÁ - 33,1% no salário;
PERDERÁ - 50% do adicional sobre as horas normais trabalhadas até o fim do mês de março;*

PERDERÁ - o parcelamento dos dias parados (em três vezes) a partir de abril, sendo desconta-

dos de uma só vez no mês de março.

Poderá ser demitido.

LEMBRETE - neste mês será descontado um dia do seu salário para o sindicato dos trabalhadores (contribuição sindical) A GREVE É DESNECESSÁRIA. VOLTE AO TRABALHO” (KRZIZANOWSKI, 1992:87).

Esta nota passava com grande frequência, de minuto em minuto, causando impacto em toda a população que a via e lia, logicamente, provocando grande tensão entre os trabalhadores em greve e, ao mesmo tempo, as classes se acirravam na defesa de seus interesses. De um lado, os trabalhadores que continuavam em greve e de outro o patronato que se negava a negociar com os grevistas. Exigiam o retorno às atividades para então realizarem as negociações. Nem mesmo com a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, com Paulo Soar, as negociações foram reabertas.

Os trabalhadores das indústrias metalúrgicas também continuavam em greve, mas sem o apoio da direção do sindicato e da comissão de negociação organizada, ficando as negociações sob a direção da Confederação e ainda com o agravante da data base ser no mês de abril e não março, argumento utilizado pelo patronato. Enquanto isso, os trabalhadores têxteis contavam com uma direção sindical orgânica que, naquele momento, mantinha sua organicidade. Mas a categoria não ultrapassava a postura corporativista e nada fazia no sentido de pressionar os proprietários das indústrias metalúrgicas para abrirem as negociações.

Diante da intransigência da classe patronal, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Blumenau foi a Brasília, para uma audiência com a Ministra do Trabalho, Dorotéia Werneck. Também estava presente o Deputado Federal Vilson de Souza, eleito pelo PSDB. Ambos solicitaram à Ministra sua intervenção no sentido de reabrir as negociações. Nesta reunião, foram discutidos:

1) a Portaria 3.078, que instituiu o sistema de rodízio e adotado pela empresa ARTEX S.A., que permitia o funcionamento da fábrica durante 24 horas, com autorização do Ministério do Trabalho por tempo indeterminado, mas a cada dois anos se realizaria uma perícia para comprovar se as condições da empresa se adequavam à lei. O prazo de dois anos se encerraria no dia 31 de março e os trabalhadores eram contrários à sua renovação, principalmente, por este interferir na convivência familiar, pois o operário tinha apenas um final de semana de folga, em cada mês; 2) o outro ponto de pauta da reunião foi a duração da jornada de trabalho do terceiro turno. Questão esta que já estava no Tribunal Regional do Trabalho. A Ministra se comprometeu a entrar em contato com esta instituição e interferir, caso necessário. As questões discutidas nesta reunião com a Ministra mostram a exploração do patronato e a revolta dos trabalhadores.

A iniciativa do Presidente do Sindicato de ir a Brasília e o pedido de dissídio coletivo, forçaram a classe patronal a negociar com os grevistas, através do Sindicato. Em reunião, os representantes das Indústrias de Fiação e Tecelagem e dos trabalhadores chegaram a uma

proposta, que levada para a assembléia, foi debatida e aceita pelos trabalhadores que retornaram ao trabalho.

Mesmo que os empresários tenham lançado mão da velha prática de demissões dos grevistas, o patronato alterou sua postura, demonstrada pelos trabalhadores nos depoimentos a seguir:

"Melhorou, hoje nós somos respeitados, as nossas reivindicações são ouvidas (nem sempre atendidas). Não existe mais o absoluto descaso que faziam com a classe trabalhadora antes da greve" (KRZIZANOWSKI, 1992:90). Também o patronato se manifesta, dizendo: "Nesse tipo de situação, o diálogo deve ser prolongado ao extremo, pois não ganhou o empresário nem trabalhador e a paralisação, recurso radical, (...) o relacionamento entre os dois segmentos precisam ser restabelecidos, pois foi justamente nesse convívio harmonioso que existia até então, que construímos a realidade de Blumenau" (DIÁRIO CATARINENSE, 22/03/1989). O empresariado blumenauense alterou, neste momento histórico, a relação com o trabalhador. No entanto, muitas demissões de lideranças ocorreram, o mostra que a velha prática de desmobilização pelo afastamento de sujeitos políticos comprometidos com os interesses da classe continua, logicamente que estas relações são orgânicas à sociedade capitalista.

A greve de 1989, não obstante a demissão de alguns trabalhadores, trouxe uma grande contribuição para a alteração do Movimento Sindical de Blumenau, ou melhor, o movimento passou a existir. Os Sindicatos, em Blumenau, tiveram uma história de cooptação pelo patronato e descompromisso com os

interesses da classe trabalhadora.

Com esta greve surgiu um Sindicato combativo expresso pelas diretorias de alguns Sindicatos, entre os quais se filiaram à Central Única dos Trabalhadores: Sindicato dos Trabalhadores na Educação da Rede Municipal de Ensino em 1990; Sindicato dos Vidros C.P. de Blumenau, em 1993; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Blumenau, em 1990; Sindicato dos Bancários de Blumenau, em março de 1992; Sindicato dos Trabalhadores na Educação, em 1990. Saem, assim, esses sindicatos, da esfera puramente local para inserir-se no contexto maior, o nacional. Com isto não se está afirmando que somente são considerados combativos aqueles Sindicatos que estão filiados à CUT, pois a direção do Sindicato dos Trabalhadores das Ind. de Fiação e Tec. de Blumenau se mostrou combativa durante todo o movimento de greve e após a ela, e não se filiaram a nenhuma Central Sindical. Após a greve, o Sindicato adotou um programa de politização do operário através da criação de um jornal informativo, desde a campanha "Força Operária" (Slogan da chapa de oposição e eleita) e de um programa intitulado "A Voz dos Trabalhadores" na rádio Clube de Blumenau, em setembro de 1989. Também foi criada, em julho de 1989, a Escola de Formação Sindical Feminina, grande baluarte e de grande força na greve. Além deste, temos o Sindicato de Trabalhadores em Ensino Superior de Blumenau, Sindicato da Construção Civil e outros que ultrapassam o sindicalismo com bases no assistencialismo.

A Greve dos Trabalhadores de

Blumenau, que começou com os trabalhadores têxteis no mês de março, provocou alterações nas direções de alguns sindicatos. Entre eles, temos o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Blumenau, com 2.400 associados. Os trabalhadores metalúrgicos foram os que por maior tempo permaneceram paralisados, retornando somente às atividades em 27 de março. Este retorno foi resultante do não-pagamento do vale no dia 20 de março e da ameaça de não pagamento dos salários. Assim, os trabalhadores metalúrgicos retornaram sem nenhum ganho econômico.

Os Momentos de Construção da Consciência de Classe

Com direções sindicais que não defendiam os interesses dos trabalhadores, pois estavam cooptadas pela classe patronal, os movimentos de greve, 1920, 1945 e 1950, em defesa dos interesses da classe foram organizados fora deste canal de representação. No entanto, os movimentos não ultrapassaram o patamar econômico, foram lutas para melhoria de salários, expressão da falta de consciência de classe.

A direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, que por mais tempo permaneceu representante da classe, no Sindicato, atuou no sentido de ampliar os serviços assistenciais, compensando os baixos salários. O governo local não ofereceu, até o final da década de 60, serviços sociais, significativos, na área da saúde e os serviços creches eram inexistentes, fazendo com que os serviços oferecidos pelo Sindi-

cato: amparo aos filhos de trabalhadores têxteis e assistência médica, fossem de grande importância para o trabalhador. Estes serviços foram oferecidos dentro do jogo do mercado, não se caracterizando como direito universal, pois com a rescisão do contrato de trabalho, o trabalhador perde o direito de usufruir dos benefícios sociais oferecidos através do Sindicato. Desta direção, emerge um representante político que se vinculará aos interesses da classe dominante.

Os movimentos específicos da classe trabalhadora, em Blumenau, se iniciam na segunda década de 1900, com movimento de cunho puramente economicista, não se constituindo uma particularidade, e se estendendo até a oitava década de 1900. O interesse comum desta classe eram os salários, que os unia contra o patrão para garanti-los ou melhorá-los. Não existiram, durante longo período de tempo, lutas na defesa e desenvolvimento da própria organização e, muito menos, lutas que defendessem interesses de toda a classe. Um trabalhador têxtil não era solidário a outro do mesmo ramo, até mesmo do mesmo local de trabalho, não existindo unidade entre todos os trabalhadores sequer do mesmo ramo, já que os sindicatos não unificavam as lutas dos trabalhadores do ramo. Esta visão economicista do movimento e a não-existência da solidariedade de classe, permite a caracterização deste período como o primeiro momento da consciência política que, segundo Gramsci, é econômico-corporativo.

Mesmo já existindo um sindicato organizado não significava que os trabalhadores tivessem consciência

de classe, mesmo que esta consciência se limitasse à solidariedade no plano meramente econômico. O segundo momento da consciência de classe é definido por Gramsci como a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. "...Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes" (Gramsci, 1980:51). A passagem para este segundo momento é marcada pela candidatura de Aldo Pereira de Andrade", mesmo que cooptado pelos empresários, representava a reivindicação dos trabalhadores em participarem da administração pública. Esta reivindicação também se manifestou, como será analisado no próximo capítulo, com a organização do partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) pela base.

Mas, a construção de uma vontade política coletiva, ou seja, individualização da classe, independência em relação às demais e ascendência de uma luta no plano universal, começa a se fazer presente na candidatura de Amândio Castellain" a vice-prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, em 1988, e emergindo, definitivamente, a partir da greve de 1989. É, de fato a partir deste movimento que os sindicatos mudam suas direções, como também se integram a organizações que extrapolam ao grupo imediato, por exemplo, à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Assim, adquirindo, conforme

Gramsci, consciência de que os próprios interesses corporativos superam o círculo corporativo de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de todos os trabalhadores. Além da filiação em centrais nacionais de trabalhadores, o partido, que pode congrega interesses individualizados dos trabalhadores, começa a se fortalecer. Este fato se confirma com o resultado eleitoral, para a vaga no Executivo local, de 1992, no qual, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral, o Partido dos Trabalhadores fez jus a 16% dos votos. Esta é a fase mais abertamente política, que assinala, segundo Antônio Gramsci, (1980:50) a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias anteriormente se transformam em partido. O partido é "... a primeira célula na qual se aglomeram germes de uma vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais" (GRAMSCI, 1980:06).

Palavras-chaves: *consciência de classe, sindicato, greve, ideologia, vontade coletiva.*

FONTES DE PESQUISA

ACIB. Blumenau 90 anos de memória. Blumenau, 1989.

JORNAL, "BRAZIL". Greve dos Trabalhadores de Navegação. Tradução de Edith Sophia Eimer, Blumenau, 25 de julho de 1920.

JORNAL A CIDADE. Greve dos Trabalhadores Têxteis. Blumenau, Santa Catarina, 15 de março de 1950.

JORNAL A FOLHA. Greve dos Trabalhadores Têxteis. Blumenau, 11 de março de 1950.

JORNAL A NAÇÃO. Greve dos Trabalhadores Têxteis. Blumenau, 10 de outubro de 1945.

_____. Manifestação de repúdio ao comunismo. Blumenau, 16 de outubro de 1945.

_____. Greve de Trabalhadores. Blumenau, 10 de março de 1950.

_____. Tentaram Tomar de Assalto Os Portões da E.I.G.: Precisam os Grevistas Corrigir o Erro com Que iniciaram o Movimento. Blumenau, 19 de fevereiro de 1950.

_____. Têxteis no Movimento de greve. Blumenau, 18 de fevereiro de 1950.

_____. Voltaram ao Serviço os Operários da Empresa Gráfica Catarinense; Cruzam os braços, por outro lado, os trabalhadores da Nelza e Algotex. Blumenau, 23 de fevereiro de 1950.

JORNAL, "Blumenauer ZEITUNG". Greve dos Condutores dos Carros de Mola. Tradução de Edith Sophia Eimer, Blumenau, 1º de março de 1921.

JORNAL Diário Catarinense. Paralisação, recurso radical. 22 de março de 1989:20.

JORNAL, "Der URWALDSBOTE". Greve: Expulsão de Dois Anarquistas. Tradução de Edith Sophia Eimer, Blumenau, 3 de agosto de 1920.

_____. Greve: Expulsão de Dois Anarquistas. Tradução de Edith Sophia Eimer, Blumenau, 6 de agosto de 1920.

_____. Greve: Expulsão de Dois Anarquistas. Tradução de Edith Sophia Eimer, Blumenau, 3 de agosto de 1920.

_____. Comentário sobre a Proibição Feita a Fritz Koch de Falar sobre anti-pangermanismo.

Tradução de Edith Sophia Eimer, Blumenau, 9 de fevereiro de 1920.

_____. Greve Na Empresa Garcia. Blumenau, 27 agosto de 1920.

JORNAL Grande, Virada. Programa da Chapa de Oposição.

Blumenau, agosto de 1989.

JORNAL LUME. Greve de Trabalhadores Têxteis. Blumenau, 19 de fevereiro de 1950.

_____. Greve de Trabalhadores Têxteis. Blumenau, 26 de fevereiro de 1950.

_____. Greve de Trabalhadores Têxteis. Blumenau, 15 de março de 1950.

JORNAL a Luta Metalúrgica. Vitória. Simetal, Blumenau, 1994.

_____. Falta de materiais dificulta a reconstrução de moradias. Blumenau, 14 de abril

BIBLIOGRAFIA

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CASTRO, Zulamar Maria de Bittencourt e. Uma Incursão à Formação do Estado de Santa Catarina - Suas Particularidades em Relação ao País E Contribuições Explicativas ao Desenvolvimento de Comunidade. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, PUC-São Paulo, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia e Socialismo. São Paulo, Cortez, 1992.

DIAS, Edmundo Fernandes. Democracia Operária. Vol. I, Unicamp, Campinas, 1987.

_____. Democracia Operária. Vol II. Unicamp, Campinas, 1987.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. Sindicalismo e Estado Corporativista: O Caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de

Fiação e Tecelagem de Blumenau. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1985.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1975.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, brasiliense, 1980.

_____. Os Intelectuais Orgânicos e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí. Editora FURB, Blumenau, 1987.

KRZIZANOWSKI, Moacir. A Greve nas Indústrias Têxteis de Blumenau. Monografia de Conclusão do Curso em Ciências Sociais, FURB, Blumenau, 1992.

LÖWY, Michael. Ideologias e Ciências Sociais. São Paulo, Cortez, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa, Editora Martins Fontes, São Paulo, 1989.

MARX, Karl. O CAPITAL - Crítica da Economia Política. Vol. I - O Processo de Produção do Capital. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. Marx: A teoria da Alienação. Rio de Janeiro Zahar, 1981.

MOTA, Ana Elizabete. O pacto da assistência entre empresas e Estado. Serviço Social & Sociedade, nº 30, São Paulo, Cortez, 1989.

RIDENTI, Marcelo. Classes Sociais e Representação. São Paulo, Cortez, 1994.

SCHWAB, Aparecida Beduschi. O Movimento Operário: Evolução do

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau. *Dissertação de Mestrado em História, UFSC, Florianópolis, outubro de 1991.*

SEYFERTH, Giralda. Aspectos de Proletarização do Campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In *Cultura e Identidade Operária. Rio de Janeiro, UFRJ, 1987.*

SILVA, José Ferreira da Silva. História de Blumenau. *Edição Fundação "Casa Dr. Blumenau", Blumenau, 1988.*

SIMÃO, VILMA MARGARETE. BLUMENAU: DA INDIFERENCIAÇÃO ÉTNICA À DIFERENCIAÇÃO DE CLASSE. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifício Universidade Católica de São Paulo, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. *Doutorado em Serviço Social, PUC - São Paulo, 1993.*

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. *São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1968.*

Endereço para contato: Rua General Osório 1525, aptº 303 Bairro Velha - Blumenau - SC CEP: 89041-001

NOTAS

³ Da qual Blumenau teve como representante na sociedade política, Henrique Probst e Frederico G. Busch, que proprietários foram desta empresa.

⁴ Pangermanismo significava que o alemão teria uma relação política com o Estado brasileiro e defenderia da existência de apenas um partido, com liderança alemã sobre a massa. Um

Estado para os alemães, independente da sua nacionalidade (territorial), que será sempre alemã. O movimento contrário: antipangermanistas, não teriam apenas uma relação política com o Estado brasileiro e, sim, patriótica, embora ainda mantendo a sua nacionalidade alemã, pois já nasceram no Brasil. Logo são teuto-brasileiros, cuja relação com a Alemanha se mantém apenas por laços sanguíneos.

⁵ "...A 'organicidade' só pode ser do centralismo democrático, que é um centralismo em movimento, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de temperar os impulsos da base com o comando da cúpula, um inserimento contínuo dos elementos que brotam do mais fundo da massa na cornija sólida do aparelho de direção que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências..." (GRAMSCI, 1980:83).

⁶ Os associados do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis são de Blumenau, Gaspar e Indaial.

⁷ Sendo as diretorias sindicais de Blumenau cooptadas pelo patronato e estes estão na direção da mobilização pró-Greve Geral, indica que os empresários desta região, estavam também contra o plano e portanto favoráveis a mobilização dos trabalhadores, no entanto, a greve na cidade fugirá ao controle das direções sindicais.

⁸ Aldo Pereira de Andrade teve destaque na política local, começando sua carreira em 1954. Sua atuação política é iniciada através do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem, onde permanece como presidente no período de 1958 a 1966, na qual por ele é reforçada a política assistencialista, concretizando com a criação da Associação de Amparo aos filhos dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Blumenau. Em 1958, foi suplente de Deputado Estadual. Em 1965 e 1972, Aldo Pereira de Andrade candidatou-se, não se elegendo, ao governo local, pelo partido da União Democrática Nacional - UDN, com o apoio do industrial Ingo Hering, seu ex-patrão. Em 1962, é novamente eleito para a Assembleia Legislativa Estadual, sendo o deputado mais votado pelo partido da UDN. Em 1968, é o Deputado mais votado no Estado

de Santa Catarina, sendo neste mesmo ano o 2º Vice-Presidente da Assembleia e, no biênio entre 1971 - 1972, o 1º Vice-Presidente da Assembleia. Faleceu em 20 de maio de 1986.

⁹ Em agosto de 1989, a chapa de oposição, denominada "A Grande Virada", recebe a maioria dos votos, dos associados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Materiais Elétricos, passando a ter uma direção não cooptada pelo os empresários deste ramo. Amândio Castellain é o integrante desta chapa na função de presidente, no período 1989 - 1992, e atualmente integra a diretoria colegiada que dá a direção a este Sindicato.